

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

C749a Congresso Nacional de Arquivologia (4. : 2010 : Vitória, ES).
Anais do IV Congresso Nacional de Arquivologia, 19 a 22 de
outubro de 2010. - Vitória, ES : [AARQES], 2010.
1 CD-ROM

Tema: A Gestão de Documentos Arquivísticos e o Impacto das
Novas Tecnologias de Informação e Comunicação.
ISBN: 978-85-63771-00-1

1. Arquivologia - Congressos. 2. Documentos arquivísticos -
Congressos. 3. Tecnologia da informação. I. Título. II. A Gestão de
Documentos Arquivísticos e o Impacto das Novas Tecnologias de
Informação e Comunicação.

CDU: 930.25

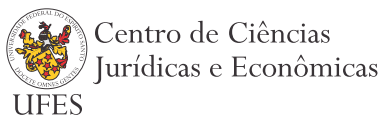
Realização



Patrocínio



Apoio



Parceiros



Agência Oficial



Organização



DITADURA, ARQUIVO E MEMÓRIA: UMA ANÁLISE DO CASO *ORGANIZAÇÃO POLÍTICA OPERÁRIA (POLOP)*

Aline Camargo Torres
Técnica da Coordenação de Documentos Escritos
Arquivo Nacional
aline@arquivonacional.gov.br
alinetorresc@yahoo.com.br

Resumo

Propõe-se discutir as interfaces entre arquivos e memória, por meio da análise da história arquivística dos documentos provenientes da Organização Política Operária (POLOP). A entidade atuou nos anos 1960 e 1970 e, no decorrer de sua trajetória, passou por diversas rupturas e rearranjos, principalmente após 1968, quando dissidências deram origem a grupos da luta armada. Desde meados dos anos 2000, a construção de uma memória da entidade vem sendo objeto de investimento por parte de seus ex-militantes, imbuídos da idéia de que, apesar da multiplicidade de composições políticas das quais fez parte, bem como das denominações por ela assumidas, houve sempre alguma unidade e linearidade na trajetória da POLOP. A construção dessa memória se dá, dentre outras ações, pela reunião, tratamento e difusão do arquivo da entidade, que tem passado à custódia de instituições arquivísticas e centros de documentação em diversos estados do país. O elo entre as distintas parcelas do arquivo é possibilitado pelo Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, criado em 2009, visando a estabelecer uma rede nacional de cooperação e informações arquivísticas, além de tornar acessíveis as fontes de pesquisa sobre o período. Pretende-se fornecer elementos para a compreensão tanto do Memórias Reveladas quanto do fundo POLOP – que parecem estar relacionados –, ressaltando a associação entre os processos de acumulação dos arquivos (com destaque para os arquivos privados) e as seleções promovidas pela memória.

Palavras-chave: Memória. Política Operária – POLOP. Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas.

INTRODUÇÃO

As “políticas arquivísticas” – que se constituem em um dos campos temáticos do 4º Congresso Nacional de Arquivologia, no âmbito do qual se insere este trabalho – são entendidas, aqui, de acordo com Jardim (2003), como

conjunto de premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada.

Nesse sentido, busca-se abordar uma ação levada a efeito no campo arquivístico brasileiro – a criação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985)

- Memórias Reveladas –, e algumas de suas implicações, com destaque para o uso desse novo espaço enquanto instrumento de construção de discursos memoriais.

O Memórias Reveladas preconiza a localização, o tratamento e a difusão dos arquivos referentes ao regime militar que vigorou no país entre os anos de 1964 e 1985, levantando questões controversas e ainda sensíveis à sociedade brasileira, e colocando em evidência a relação indissociável dos arquivos com áreas como a história, a política, o direito e a memória. Mais especificamente, trata-se, neste trabalho, das imbricações entre arquivos e memória, percebidas a partir da análise do acervo produzido pela Organização Política Operária (POLOP), e de sua inclusão no mencionado Centro de Referência.

Criada em 1961 como Organização Revolucionária Marxista - Política Operária, a entidade passou por diversos rearranjos, integrando-se por vezes a outros grupos, mas mantendo em sua denominação, quase sempre, o complemento “Política Operária” – razão pela qual é assim identificada neste trabalho. Exerceu importante influência na formação e atuação dos movimentos de esquerda nos anos 1960 e início dos anos 1970, dissolvendo-se, de fato, em 1985, quando seus últimos militantes aderiram ao Partido dos Trabalhadores.

Desde meados dos anos 2000, o arquivo da POLOP vem sendo reunido pelos ex-militantes da entidade, com o intuito de promover o “resgate” de sua memória. As diversas parcelas do arquivo têm passado a integrar, por doação, o acervo de diferentes instituições, e a unidade desse conjunto documental seria recuperada pelo Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas.

Este parece se constituir em um caso bom para pensar no papel que os arquivos – e a reflexão aqui proposta se volta especificamente aos arquivos privados – podem assumir na conformação de projetos políticos e na consolidação de narrativas. Mais do que registros das atividades desempenhadas por determinada entidade, os arquivos podem estar relacionados a processos de construção e representações sociais. Essa idéia – ainda que desprovida de ineditismo e, de maneira geral, aceita pelos profissionais da área – não parece figurar, com a devida importância, no rol de objetos das investigações que vêm sendo levadas a efeito por acadêmicos e profissionais de arquivos. Procura-se, aqui, levantar questões a respeito do tema.

ARQUIVO E MEMÓRIA

Iniciativas voltadas à revisão de passados recentes e à reconstrução de discursos memoriais – sejam nacionais, sejam de coletividades – a partir, entre outras ações, da localização, tratamento e difusão de acervos, vêm sendo empreendidas por governos de países diversos. São exemplos: a Argentina, em relação ao regime ditatorial que vigorou no país de 1976 a 1983, e às violações de direitos humanos praticadas pelo Estado argentino durante o período; a África do Sul, a respeito do regime de *apartheid*; a Alemanha, em relação aos crimes cometidos pelo nazismo; e a França, no que tange à colaboração com este último. Se a perspectiva de futuro marcou o início dos anos 1900, a retomada do passado, ou os “passados presentes” (HUYSSSEN, 2000), ao contrário, parecem predominar um século depois, por meio da emergência de narrativas e de espaços memoriais, nos quais os arquivos desempenham papel de destaque.

Uma abordagem desses “fenômenos memoriais contemporâneos” é feita por Heymann (2007), que trata do uso político dos discursos memoriais com a finalidade de buscar reconhecimento no espaço público e reclamar direitos. A autora afirma que,

ao emergirem na cena social, afirmando sua identidade, os grupos trazem à luz uma memória para a qual buscarão reconhecimento. Mais do que isso, entre as lutas por direitos, ganha lugar a luta por manter viva essa memória, mas também por conquistar espaço no discurso histórico a partir de uma revisão das interpretações sobre o passado, por figurar nos livros e manuais escolares, por ver-se incluído no calendário oficial de comemorações, reivindicações que têm como objetivo reparar o silêncio e a invisibilidade que, muitas vezes, marcam a vida dessas coletividades, e promover a sua integração à história da nação a partir de uma nova perspectiva. (Ibid.)

Heymann analisa o debate suscitado pelas disputas memoriais na França, tratando especialmente da noção de “dever de memória”, segundo a qual “memórias de sofrimento e opressão geram obrigações, por parte do Estado e da sociedade, em relação às comunidades portadoras dessas memórias”. Naquele país, desde 2001, foram instituídas o que mais tarde se chamariam “leis memoriais”, destinadas a reconhecer e reparar, ainda que simbolicamente, crimes de Estado praticados no passado. Esses dispositivos legais seriam resultado de pressão exercida por comunidades vítimas desses crimes ou herdeiras de sua dor, em busca de reconhecimento na sociedade francesa.

Ainda que pese a diferença entre o contexto francês e o brasileiro, a noção de “dever de memória” parece contribuir para a compreensão dos propósitos do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, na medida em que este busca promover a redefinição do discurso nacional sobre o período do

regime militar, possibilitando a emergência de memórias sensíveis dos que resistiram à repressão política e garantindo direitos de reparação às vítimas e a seus familiares por parte do Estado brasileiro.

É nesse contexto político que se consubstancia o projeto de “resgate” da memória da Organização Política Operária (POLOP), fundamentado especialmente na difusão do acervo arquivístico da entidade – o que leva a pensar nas imbricações entre arquivos e memória. Antes de avançar nesse ponto, e com a intenção de oferecer subsídios à reflexão, busca-se detalhar o histórico e a missão institucional do Memórias Reveladas, apontando as faces política e técnica dessa ação do governo federal no campo arquivístico brasileiro. A seguir, com o mesmo intuito, apresenta-se uma breve trajetória da Organização Política Operária (POLOP), bem como a história arquivística dos documentos provenientes da entidade.

O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas: histórico e missão institucional

O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas foi criado pela portaria nº 204, de 13 de maio de 2009, assinada pela então ministra de Estado chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff. Coordenado pelo Arquivo Nacional, órgão igualmente vinculado à Casa Civil, o Centro de Referência reúne, por meio de portal na internet¹, informações sobre acervos que contenham documentos relativos às lutas políticas travadas nas décadas de 1960 a 1980 no Brasil, abarcando também acontecimentos que precederam ou sucederam o referido regime, mas que a ele estiveram ligados. Com essa iniciativa, busca-se formar uma rede nacional de entidades detentoras de acervos, incluindo estados, municípios, Distrito Federal, centros de pesquisa e documentação, além de pessoas físicas.

A criação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas teria se dado, segundo histórico oficial da entidade², em um “contexto de reconstrução da memória recente do país”, no qual ele desempenharia o papel de “espaço de convergência e difusão de informações sobre a repressão e a resistência à ditadura militar no Brasil”. Um dos marcos da idéia do Centro seria a publicação, em 18 de novembro de 2005, do Decreto Presidencial nº 5.584, do qual resultaria, no mês seguinte, o recolhimento ao Arquivo Nacional de documentos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão Geral de Investigações (CGI) e Serviço Nacional de Informações (SNI). A

criação de um Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) teria sido aventada nesse mesmo ano de 2005, no âmbito da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – primeiramente pelo ministro Nilmário Miranda e, a seguir, já em 2006, por seu sucessor, Paulo Vannuchi.

Desde então, foram empreendidas ações visando à realização da proposta. Em 2007, foi aprovado, pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura, o “Projeto PRONAC 07-6040 Memórias Reveladas”, apresentado pela Associação Cultural do Arquivo Nacional. Com isso, tornou-se possível, por meio da Lei Rouanet (Lei nº 8.313/91), na modalidade mecenato, a captação de recursos financeiros necessários à implementação do Centro, disponibilizados pelos seguintes patrocinadores: Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Caixa Econômica Federal, Eletrobrás e Petrobras.

Os recursos captados vêm sendo utilizados, principalmente, com o objetivo de prover as instituições públicas estaduais parceiras do Centro dos requisitos necessários ao tratamento dos acervos sob sua guarda, por meio da compra de material de consumo e permanente, bem como da contratação e treinamento de equipes. Até o momento, o Centro conta com 52 parceiros, dentre instituições públicas e privadas, sendo que 35 delas integram e compartilham o Banco de Dados Memórias Reveladas.³ Nesse Banco de Dados são inseridas as informações relativas aos diversos acervos arquivísticos de interesse do Centro, formando assim uma Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas.

Fazem parte de tal consórcio, entre outras instituições: o Arquivo Nacional; 12 arquivos públicos estaduais, detentores, entre outros, dos acervos dos departamentos estaduais de ordem pública e social; dois arquivos municipais; diversos centros de pesquisa e documentação, muitos deles vinculados a universidades; e entidades tais como o Memorial da Resistência, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e o Grupo Tortura Nunca Mais São Paulo.

O relatório de atividades do Arquivo Nacional referente ao ano de 2008 – anterior, portanto, à criação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – destaca a importância do projeto para a instituição e aponta as diretrizes que ao Centro se pretendia conferir:

Este Centro integra a Casa Civil da Presidência da República ao esforço nacional para a implementação e consolidação de políticas

públicas voltadas para a gestão, organização, preservação e divulgação do patrimônio documental do país, valorizando a memória como um direito humano fundamental. [...] O desenvolvimento desta atividade representa o início, em um país de dimensões continentais, da integração via web, de conjuntos documentais dispersos e sem mecanismos de comunicação entre si, dando função social a esses arquivos a serviço do Estado e da cidadania. (ARQUIVO NACIONAL, 2009)

Nesse sentido, no que tange aos aspectos técnicos da iniciativa, a criação do Centro coloca em evidência questões tais como a adoção, por instituições arquivísticas nos diversos estados do país, da Norma Brasileira de Descrição Arquivística e de outras diretrizes adotadas internacionalmente por profissionais de arquivos, cuja aplicação teria como objetivos facilitar o acesso e o intercâmbio de informações.

Outra questão, acirrada com a existência dessa “rede nacional”, é a que se refere ao acesso público aos arquivos. A Lei nº 8.159, de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, assegura o pleno acesso aos documentos públicos que não estejam classificados como sigilosos, ao mesmo tempo em que resguarda o direito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas. Colocam-se assim em conflito duas garantias individuais previstas no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, quais sejam, a de acesso à informação e a de preservação da intimidade.

As diversas instituições arquivísticas do país lidam de maneira distinta com esse conflito, restringindo ou não a consulta às informações passíveis de ferir a intimidade de terceiros, e o Centro de Referência acaba, de alguma maneira, por obrigar à adoção de regras comuns. O Centro deixa em evidência também a questão dos prazos de sigilo aos quais estão submetidos os documentos públicos, ampliados pela Lei nº 11.111, de 2005, que permite sua renovação por tempo indeterminado. Não por acaso, em cinco de maio de 2009 – dias antes da instituição do Centro –, foi encaminhado ao Congresso Nacional, pela Presidência da República, o Projeto de Lei nº 5.228/2009, que regula o acesso a informações, propondo a redução dos prazos de classificação e prevendo que “as informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos, praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas, não poderão ser objeto de restrição de acesso”.⁴

O Memórias Reveladas pode ser visto como entidade situada na interseção entre esferas tais como a arquivística e a política, comportando interesses estratégicos e colocando desafios à compreensão de seu papel histórico. O texto de apresentação da

entidade, assinado por Dilma Rousseff, aponta os objetivos políticos a serem alcançados com a criação do Centro. Segundo ela:

Um pedaço de nossa história estava nos porões. O “Memórias Reveladas” coloca à disposição de todos os brasileiros os arquivos sobre o período entre as décadas de 1960 e 1980 e das lutas de resistência à ditadura militar, quando imperaram no País censura, violação dos direitos políticos, prisões, torturas e mortes. Trata-se de fazer valer o *direito à verdade e à memória*. [...] Essa iniciativa inédita está possibilitando a articulação entre os entes federados com vistas a uma *política de reconstrução da memória nacional* do período da ditadura militar. [...] Estamos abrindo as cortinas do passado [...].⁵
(grifo nosso)

Visando à consecução das tarefas de “fazer valer o direito à verdade” e de implantar no país uma “política de reconstrução da memória nacional”, o Centro se propõe a ser também agente incentivador de estudos que resultem na “verdade” e na “memória nacional” que se pretende, por meio dele, constituir. Para tanto, foram previstas ações tais como a realização de concursos monográficos e exposições itinerantes, a confecção de material educativo e o desenvolvimento de um programa de história oral, que resultaria na produção de novas fontes de pesquisa.

Merece menção o fato de que, juntamente com a Portaria que criou o Centro, em 13 de maio de 2009, foram publicados também o Edital de Chamamento Público nº 1/2009 e a Portaria Interministerial nº 205, que dispõem sobre a chamada de documentos e registro de informações relativos ao regime militar, em posse de pessoas físicas ou jurídicas. Por esses instrumentos legais, os portadores de documentos que tratam do período de 1964 a 1985 foram convocados a doá-los ao Arquivo Nacional, para que integrassem o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas. A doação poderia ser feita inclusive por serviço postal e, caso solicitado, o anonimato dos doadores ficaria garantido, o que os dispensaria das formalidades exigidas pela instituição para recebimento de novos acervos.

Por meio do Edital de Chamamento Público nº 1/2009, esperava-se receber documentos e informações cujo conteúdo:

- I - diga respeito a toda e qualquer investigação, perseguição, prisão, interrogatório, cassação de direitos políticos, operação militar ou policial, infiltração, estratégia e outras ações levadas a efeito com o intuito de apurar ou punir supostos ilícitos ou envolvimento político oposicionista de cidadãos brasileiros e estrangeiros;
- II - seja referente a atos de repressão a opositores ao regime que vigorou no período de 1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985; ou
- III - inclua informação relacionada a falecimentos ou localização de corpos de desaparecidos políticos.⁶

A proposta expressa pelo edital ganhou estatuto de campanha em setembro de 2009, quando passou a ser divulgada tanto pela internet quanto por meio televisivo, tendo como argumentos principais a busca pelos corpos de desaparecidos políticos e o direito dos familiares de sepultá-los.

A Organização Política Operária (POLOP): história administrativa e arquivística

De inspiração marxista, contrária, portanto, ao regime capitalista e destinada a trabalhar pelas condições necessárias à emergência de um partido efetivamente revolucionário no Brasil, a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP) teve início nos anos finais da década de 1950. Reunia, então, militantes oriundos da Juventude Trabalhista, de Minas Gerais; da Juventude do Partido Socialista, da Guanabara; e, também, intelectuais paulistas simpatizantes do pensamento de Rosa Luxemburgo (REIS; SÁ, 2006). O primeiro congresso da Organização, que resultaria na sua fundação, aconteceu em janeiro de 1961 na cidade de Jundiaí, no estado de São Paulo. No ano seguinte, a ORM-POLOP passou a editar o jornal “Política Operária”, sendo responsável por essa atividade até 1968, quando a entidade sofreu seu primeiro rearranjo.

Nesse ano, a ORM-POLOP se dissolveu, dando origem, juntamente com outras tendências políticas, ao Partido Operário Comunista (POC) – que passou então a editar o referido jornal. Ainda em 1968, dissidências desse processo de conversão ao POC resultariam na criação de organizações da esquerda armada, tais como a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e os Comandos de Libertação Nacional (COLINA). A influência exercida pela POLOP nos movimentos políticos de esquerda no Brasil é apontada por diversos autores. De acordo com seus ex-militantes,

a influência da [...] organização na esquerda brasileira, em especial na chamada Esquerda Revolucionária, foi profunda. Pode-se dizer que a POLOP catalisou as lutas internas que envolveram o PCB nos anos que se seguiram ao golpe militar de 1964. Todas as organizações políticas então formadas na fase da ditadura militar mantiveram algum tipo de relacionamento ou mesmo foram diretamente originadas das fileiras da POLOP, cujas análises e propaganda política atuaram como um polo irradiador de proposições revolucionárias. (CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER, 2009.)

Em 1970, em decorrência de divergências internas, o Partido Operário Comunista (POC) sofreu uma cisão, na qual os militantes oriundos da extinta ORM-POLOP se desligaram do Partido, passando a compor a Organização de Combate

Marxista-Leninista (OCML). A esta denominação seriam acrescentadas as letras “PO” – iniciais de Política Operária –, indicadoras da vinculação do novo grupo (OCML-PO) com a ORM-POLOP. A partir de então, a OCML-PO seria responsável pela edição do jornal “Política Operária”, passando a editar também a revista “Marxismo Militante”.

A organização perdeu forças no decorrer dos anos 1970, com o recrudescimento da repressão política. Sobre a extinção da OCML-PO e a integração de seus últimos quadros ao Partido dos Trabalhadores (PT), afirmam os ex-militantes daquela entidade:

O cerco repressivo, as prisões, o exílio forçado, provocaram a desintegração do seu núcleo dirigente ao longo dos anos 70 e o fracionamento dos quadros remanescentes. Com a anistia e o retorno ao país dos exilados, verifica-se um movimento no sentido de reaglutinação da Organização. Tarde demais, pois o contingente de militantes disponíveis era demasiadamente reduzido e isolado do centro dinâmico das lutas sociais brasileiras, numa conjuntura marcada pela retomada das greves operárias, pelo surgimento do PT e pela gestação da CUT [- Central Única dos Trabalhadores]. Reconhecendo a importância política própria do PT naquele momento – e sem deixar de entender seus limites –, a POLOP aderiu ao novo partido, mas ao mesmo tempo procurou se manter como organização autônoma. Sem êxito nesse último projeto, dispersou-se lentamente no decorrer da primeira metade dos anos 80. (Ibid.)

Com esse breve histórico da POLOP, busca-se dimensionar sua importância no cenário político nacional e contextualizar o conjunto documental por ela produzido. Fragmentado e, até os anos 2000, em poder de ex-militantes, o arquivo da POLOP tem passado, por doação, à custódia das seguintes instituições: Centro de Documentação e Memória, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (CEDEM/UNESP); Arquivo Edgard Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas (AEL/UNICAMP); Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (AMORJ/ UFRJ); Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais, da Universidade Estadual de Feira de Santana (LABELU/ UEFS); Núcleo de Documentação sobre Movimentos Sociais, da Universidade Federal de Pernambuco (NUDOC/ UFPE); e Arquivo Nacional. A doação dessas diversas parcelas do arquivo se deu já nos anos 2000, quando,

conscientes da importância da ação política da POLOP para a classe trabalhadora brasileira, alguns quadros, preocupados com os rumos das lutas sociais no país, decidiram se articular [...] para viabilizar a comemoração desse acontecimento [- os 50 anos de fundação da entidade -], mediante o resgate de sua história. (Ibid.)

Nas palavras de ex-militantes, articulados em torno do Centro de Estudos Victor Meyer (CVM) – entidade sem fins lucrativos, criada em 2009 com a missão de centralizar as propostas e ações a serem implementadas a partir de então:

estamos nos propondo a reconstituir a memória da prática da POLOP, desde a sua fundação. Recuperar os acervos de documentos elaborados ao longo da sua história, disponibilizá-los em arquivos de acesso público, publicar na forma de livro os documentos principais, resgatar o papel que a Organização desempenhou nas lutas sociais do País – eis as tarefas colocadas. (Ibid.)

O fundo POLOP é composto, em grande parte, por boletins internos e textos diversos voltados à formação de quadros e à promoção de debates, discussões internas e balanços da situação política e do próprio movimento, muitas vezes de distribuição restrita; por documentos produzidos por outras organizações de esquerda e acumulados pelos membros da POLOP; e pelas publicações editadas no decorrer da trajetória da entidade, com destaque para o jornal “Política Operária” e a revista “Marxismo Militante”. Parte da documentação se encontra em negativos fotográficos, produzidos nos anos 1970 com o objetivo de substituir os registros em papel, que eram então descartados – o que, diante da repressão política, facilitava o transporte e armazenamento das informações em poder da POLOP, permitindo sua preservação.

Os documentos que integram este acervo passariam a compor os arquivos pessoais de seus detentores, não fossem a intenção e as ações de ex-militantes, voltadas a sua reunião e difusão. Reconstituir a organicidade desse conjunto documental significa criar possibilidades para a difusão, também, de memórias referentes à existência e trajetória de um grupo, a POLOP. Mais do que registro das ações desse grupo e, portanto, fonte histórica – característica comumente reconhecida nos arquivos –, a história arquivística do fundo POLOP leva a pensar nos arquivos também como resultados de operações da memória, associados à intenção de se construir narrativas, afirmar identidades ou dar consecução a projetos políticos. De acordo com Heymann (2009), “nem sempre a acumulação documental é reflexo de uma atividade passada; ela pode ser função de uma ação projetada para o futuro”. Os arquivos podem ser vistos, assim, não apenas como fonte, mas também como objeto de investigações.

Nesse sentido, pode ser interessante perceber como a entidade é referenciada por seus ex-militantes, hoje, exclusivamente por essa denominação, POLOP, o que contribui para conferir linearidade à trajetória do grupo, a despeito das múltiplas composições das quais fez parte. Outro aspecto a corroborar o discurso identitário reside

no fato de a responsabilidade pela edição do jornal “Política Operária” ter migrado de uma organização a outra – inicialmente atividade da ORM-POLOP, passou ao POC e, posteriormente, à OCML-PO –, acompanhando o percurso traçado pelo referido grupo.

Os ex-militantes optaram pela organização descentralizada do acervo, que, conforme mencionado, encontra-se atualmente sob custódia e tratamento de seis diferentes instituições, nos estados de Pernambuco, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. Essa opção teria como objetivo promover uma maior difusão do acervo, embora ela sirva também, mesmo que involuntariamente, para colocar desafios de natureza técnica no que tange à reconstituição do conjunto documental. Isso acontece porque arquivos e centros de documentação costumam tratar seus fundos e coleções seguindo metodologias próprias, distintas umas das outras, ainda que as normas arquivísticas sejam respeitadas em todas elas.

A reconstituição do fundo POLOP deverá ser promovida pela Base de Dados Memórias Reveladas, que integra e disponibiliza informações sobre os acervos arquivísticos das diversas instituições parceiras do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas. O cadastramento dos acervos na Base é feito, primeiramente, pelo Código de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ), que distingue as entidades participantes do Sistema Nacional de Arquivos. A cada CODEARQ estão subordinados os fundos e coleções sob custódia da respectiva entidade, descritos na Base de acordo com o modelo de descrição multinível integrada – do nível mais geral para o particular –, preconizado pelas diretrizes internacionais da área e também pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística.

De acordo com esse formato, a efetiva reconstituição do fundo POLOP só será possível caso as entidades custodiadoras compartilhem metodologias semelhantes no tratamento técnico – a começar pelo título conferido a cada uma das distintas parcelas do fundo, que deveria ser o mesmo, facilitando a recuperação dessa informação. Nesse sentido, o sucesso do projeto de “resgate” da memória levado a efeito pelos ex-militantes da POLOP depende de um adequado trabalho por parte das instituições detentoras do acervo – o que evidencia o encontro indissociável entre as dimensões política e técnica dos arquivos.

CONCLUSÃO

O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas parece de fato contribuir para a criação de uma rede nacional de cooperação e informações arquivísticas, na medida em que, conforme mencionado, sugere a adoção de procedimentos comuns e pode levar ao trabalho em parceria. Mais que isso, o Centro contribui para a conformação de uma conjuntura política capaz de permitir – no caso, por meio dos arquivos – a emergência de memórias sensíveis, que até então estiveram silenciadas. Ao preconizar a localização, o tratamento e a difusão de arquivos – e aqui, vale repetir, destacam-se os arquivos de natureza privada – que contenham documentação relativa às lutas políticas travadas durante o regime militar, o Memórias Reveladas cria condições para que sejam transpostas à esfera pública as memórias particulares dessas lutas, que permaneceram na “clandestinidade” até então.

A associação entre arquivos e memória aqui proposta tem como objetivo ressaltar que os arquivos são também artefatos, construções de seus produtores, e que os documentos arquivísticos parecem estar vinculados não apenas ao contexto de produção, mas também às escolhas feitas pelos produtores no processo de acumulação. Assim, deve-se considerar a importância da elaboração de histórias arquivísticas que possibilitem ao usuário da informação apreender o percurso traçado por determinado fundo, compreendendo o histórico de sua produção e, também, de sua acumulação. A história arquivística do fundo POLOP, por exemplo, é capaz de revelar o quanto de intencionalidade pode estar presente no processo de constituição dos arquivos, evidenciando que sua existência não deve ser vista como algo natural ou objetivo. Parece ainda valer a assertiva de Le Goff (1990), segundo a qual os documentos – e também os arquivos – seriam resultado “do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias”.

O arquivo da Organização Política Operária (POLOP) – que reflete o esforço de reconstituição da trajetória de uma entidade, empreendido mais de 20 anos após seu fim –, por exemplo, é representativo da possibilidade de irrupção, no espaço público, de memórias privadas, memórias que durante anos e por variadas razões permaneceram subterrâneas, clandestinas. De acordo com Pollak (1989), “distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado”.

Nesse sentido, e considerando o lugar de destaque ocupado pelos arquivos nos projetos e discursos memoriais contemporâneos, cabe ressaltar a importância que as

políticas arquivísticas assumem como instrumentos de defesa do regime democrático e da cidadania. As disputas memoriais referentes ao regime que vigorou nas décadas de 1960 a 1980 costumam envolver não apenas projetos políticos e afirmação de identidades individuais e de grupos, mas também a busca por direitos de reparação às vítimas dos crimes cometidos pelo Estado brasileiro. Dessa maneira, às políticas públicas arquivísticas cabe a função, entre outras, de promover a difusão dos arquivos que contenham informações de interesse social e, também, garantir o acesso público a essas informações, contribuindo para instrumentar os cidadãos na sua busca por direitos.

Busca-se, com essas observações, chamar atenção para o fato de que o campo dos arquivos é também espaço de disputas políticas, e que a correta regulamentação desse espaço – alcançada com a elaboração e implementação de políticas públicas capazes de garantir aos cidadãos a integridade de seus direitos – pode ter como resultado uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____. *Relatório síntese de atividades 2008*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. Disponível em: <http://portal.arquivonacional.gov.br/media/Relat%C3%B3rio_s%C3%ADntese_revisado.pdf>. Acesso em: 4 out. 2009.

CAMARGO, Célia Reis (Org.). *Guia do acervo. Cedem. Centro de Documentação e Memória da Unesp*. São Paulo: Cedem/ Unesp, 2008. Disponível em: <http://www.cedem.unesp.br/guidoacervo.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2010.

CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER. *POLOP: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). *NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

HEYMANN, Luciana Quillet. O "devoir de mémoire" na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 15-43.

_____. Arquivos e interdisciplinaridade: algumas reflexões. In: *Seminário CPDOC 35 anos: a interdisciplinaridade nos estudos históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2008. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/artigos>>. Acesso em: 30 jul. 2010.

_____. O indivíduo fora do lugar. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano 65, n. 2, p. 40-57, 2009.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 25, n. 2, 1996. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/439/397>. Acesso em: 10 jul. 2010.

_____. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In: MATTAR, Eliana (Org.). *Acesso à informação e política de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 37-45.

_____. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n.2, p.1-76, 2006.

LE GOFF, Jacques. Documento/ monumento. In: _____. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990. p. 535-549.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp: FAPESP: 1999. p. 11-29.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p.3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Pato Sá (Org.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

REIS, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (Org.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Org.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2009. 2 v.

SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2007.

SCHMIDT, Benito Bisso. Em busca de “solidariedade ativa”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano 65, n. 2, p. 86-101, 2009.

¹ Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br>>.

² Disponível em:

<<http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=27>>. Acesso em: 4 out. 2009.

³ Disponível em: <<http://www.an.gov.br/mr/seguranca/Principal.asp>>.

⁴ Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/656530.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2009.

⁵ Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1&sid=2>>. Acesso em: 27 jul. 2010.

⁶ Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=9&sid=2>>. Acesso em: 27 jul. 2010.